



**ATA 1700ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas e vinte  
2 minutos, realizou-se a milésima setingentésima reunião Plenária Ordinária do Conselho  
3 Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove.  
4 Estiveram presentes 17 (dezesete) conselheiros (as), sendo estes efetivos (as) e  
5 suplentes, a seguir indicados (as): Ana Ferri de Barros, Carolina Helena Almeida de  
6 Moraes Sombini, Graça Maria de Carvalho Camara, Janaína Leslão Garcia, Joari  
7 Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene  
8 Daré, Teresa Cristina Lara de Moraes, Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias  
9 Lemos Figueiredo, Lilihan Martins da Silva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu  
10 Pessutto, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, e Rosana  
11 Cathya Ragazzoni Mangini. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de**  
12 **Ausência** - Foram consideradas as justificativas de ausência dos (as) demais  
13 conselheiros (as): Carla Biancha Angelucci, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela  
14 Gramkow, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Mariângela Aoki, Patrícia Unger Raphael  
15 Bataglia, José Ricardo Portela, Marília Capponi, Roberta Freitas Lemos, Leonardo  
16 Lopes da Silva – está afastado conforme decisão da milésima quingentésima  
17 quadragésima sétima Reunião Plenária Ordinária de vinte e cinco de fevereiro dois mil  
18 e onze, Makilim Nunes Baptista – está afastado conforme decisão da milésima  
19 quingentésima sexagésima sétima Reunião Plenária Ordinária de dezessete de junho  
20 de dois mil e onze, Fábio Souza dos Santos – está afastado conforme decisão da  
21 milésima sexcentésima décima sexta Reunião Plenária Ordinária de vinte e cinco de  
22 fevereiro de dois mil e doze e Teresa Cristina Endo – está afastada conforme decisão  
23 da milésima sexcentésima trigésima sexta Reunião Plenária Ordinária de primeiro de  
24 junho de dois mil e doze. **II) APRESENTAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SUBSEDE DE**  
25 **CAMPINAS** – A conselheira Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini,  
26 coordenadora da Subsede de Campinas, relata que há dois anos vem realizando  
27 pesquisa de imóveis na região para instalar a Subsede de Campinas em outro espaço  
28 que seja mais apropriado, considerando o critério de zoneamento da prefeitura e  
29 localizou uma casa que atenderá as necessidades atuais e futuras dessa Subsede. O  
30 Gerente-Geral Diógenes Pepe e o tesoureiro Leandro Gabarra visitaram esse imóvel  
31 que está localizado na Rua Culto às Ciências, nº. 635, bairro Botafogo, Campinas/SP.  
32 Ele possui 291m<sup>2</sup> de área construída, mas necessita de reforma, estimada por  
33 engenheiro em R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais). O valor de venda é de R\$  
34 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), porém a verba orçamentária aprovada  
35 é de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). Dentre as vantagens desse  
36 imóvel existe a possibilidade de construir um auditório com capacidade para  
37 aproximadamente 60 (sessenta) pessoas. **Encaminhamento:** O plenário aprova a  
38 contratação do serviço da Bolsa de Imóveis em São Paulo para a realização de



39 pesquisa de imóveis em Campinas, bem como novo estudo arquitetônico com previsão  
40 orçamentária para reforma do imóvel localizado. **III) CONSELHO ESTADUAL LGBT – A**  
41 **Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo** publicou edital  
42 com os critérios para as eleições do próximo mandato das conselheiras e dos  
43 conselheiros da sociedade civil, biênio 2013-2015, para o Conselho Estadual dos  
44 Direitos da População Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual. A eleição será  
45 realizada de forma direta em único turno impreterivelmente no dia 29 de junho de 2013.  
46 Serão eleitas (os) 20 (vinte) representantes, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez)  
47 suplentes. Os segmentos a serem representados serão: a) lésbicas, b) gays, c)  
48 bissexuais e d) travestis e/ou transexuais. As Macrorregiões a serem representadas são  
49 as que seguem: 1) Macrorregião Oeste, que inclui as regiões administrativas de  
50 Araçatuba, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Marília; 2) Macrorregião  
51 Norte, que inclui as regiões administrativas de Ribeirão Preto, Franca, Barretos,  
52 Araraquara e Bauru; 3) Macrorregião Campinas-Sorocaba, que inclui as regiões  
53 administrativas de Campinas e Sorocaba; 4) Macrorregião Leste, que inclui as regiões  
54 administrativas de Registro, Santos e São José dos Campos e 5) Macrorregião Grande  
55 São Paulo, que consiste na Região Metropolitana de São Paulo. Cada uma das cinco  
56 Macrorregiões poderá eleger até quatro representantes da população LGBT.  
57 Movimentos sociais organizados e o CRP foram contra esse formato de eleição por  
58 entenderem que a representação por entidades é melhor. A conselheira Ana Ferri de  
59 Barros conta que os votantes serão pessoas físicas, previamente cadastradas e  
60 somente poderão votar em sua macrorregião, ou seja, quem está na capital não  
61 consegue votar em alguém de Bauru, por exemplo. **Encaminhamento:** Feitas as  
62 considerações dos presentes foram indicadas para a Macrorregião Leste: Janaína  
63 Leslão Garcia e Lívia Toledo Barreto e para a Macrorregião Norte: Sandra Elena  
64 Spósito. **IV) CALENDÁRIO DE REUNIÕES (JUL A SET) -** A mesa diretora apresentou  
65 uma sugestão de agenda para reuniões e eventos nos meses de julho, agosto e  
66 setembro de 2013, contendo datas de Reuniões Plenárias, Fóruns de Gestores e  
67 demais atividades a fim de que fosse apreciada pelo plenário e alterada, de acordo com  
68 a conveniência do conjunto. **Encaminhamento:** O calendário suscitado foi sancionado  
69 pelos conselheiros do período de julho a setembro, ficando concluído conforme segue:  
70 **(a) Reuniões Plenárias:** Julho: plenárias ordinárias (12 e 13/07), plenária ética (11 e  
71 27/07), plenárias de julgamento (12 e 26/07); Agosto: plenárias ordinárias (09 e 10/08),  
72 plenárias éticas (08, 15 e 31/08), plenárias de julgamento (09, 16 e 30/08); Setembro:  
73 plenárias ordinárias (13 e 14/09), plenárias éticas (05 e 12/09), plenárias de julgamento  
74 (13/09), Assembleia Orçamentária (10/09); **(b) Fóruns de Gestores** para avaliação final  
75 da Gestão (17/08); **(c) Encontros de Sede e Subsedes** (16/08). Houve sugestão de  
76 fazer o lançamento do livro do CRP-06 sobre os testemunhos da Comissão da Verdade  
77 nesse dia. Destacou-se que o próximo Encontro de Sede e Subsedes, dia 24 de maio,  
78 terá o caráter de avaliação e monitoramento das ações deliberadas no Planejamento  
79 Estratégico. Já o Fórum de Gestores, programado para o dia 25 de maio, será voltado



80 aos alinhamentos políticos relativos à orientação e fiscalização. Nesse dia será feito  
81 também o lançamento do Portal da Transparência. A Secretaria deverá difundir o  
82 calendário de reuniões aos Conselheiros (as), Comissões Gestoras e funcionários (as)  
83 do CRP-06. **V) 4ª MARCHA CONTRA A HOMOFOBIA, DIA 15 DE MAIO DE 2013** –  
84 Na 1696ª Plenária Ordinária, ocorrida em 13 de abril de 2013, foi deliberada a  
85 participação das conselheiras Ana Ferri de Barros e Janaína Leslão Garcia à 4ª Marcha  
86 Nacional contra a Homofobia, que ocorrerá dia 15 de maio, em Brasília, mas devido à  
87 indisponibilidade de Janaína Leslão Garcia, a gestora da Subsede Vale do Paraíba e  
88 Litoral Norte, Livia Gonsales Toledo irá substituí-la. Na ocasião serão distribuídos os  
89 seguintes materiais: bótons, camisetas, adesivos e folderes da Campanha “Não há cura  
90 para quem não está doente”. Contou-se que o Conselho Federal de Psicologia não está  
91 mobilizando os CRPs para participarem massivamente dessa atividade.  
92 **Encaminhamento:** O CRP-06 fará um trabalho mais incisivo com os deputados durante  
93 a 4ª Marcha contra a Homofobia, mas também deverá informar ao Conselho Federal de  
94 Psicologia que irão dois representantes deste regional nessa atividade e se poderá  
95 consultar quais CRPs também estarão presentes. A conselheira Ana Ferri de Barros  
96 entrará em contato com o conselheiro federal Celso Tondin para dialogar a respeito  
97 desse assunto. **5.1) Cartilha sobre Diversidade Sexual** – A produção da cartilha sobre  
98 diversidade sexual estava prevista nas ações do Projeto Integrador Medicalização,  
99 Judicialização e Patologização da Vida, mas a partir de análises feitas pelo grupo, essa  
100 verba será direcionada à Campanha “Não há cura para quem não está doente”. A  
101 conselheira presidenta Maria de Fátima Nassif explica que a empresa que produzia  
102 essas cartilhas ao CRP, Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC  
103 estabelece um contrato bastante restrito, ou seja, o produto fica registrado como de  
104 autoria deles e qualquer alteração gera um novo contrato, o que dificulta ainda mais o  
105 processo. **5.2) 13ª Feira Cultural LGBT** – No dia 30 de maio (quinta-feira), o Vale do  
106 Anhangabaú recebe a 13ª Feira Cultural LGBT, que faz parte da programação do Mês  
107 do Orgulho LGBT. Inicialmente o CRP-06 não terá estande e está sendo verificada a  
108 possibilidade de dividir um com outras entidades/movimentos. Haverá distribuição dos  
109 mesmos materiais que serão levados à 4ª Marcha Nacional contra a Homofobia. Será  
110 preciso, ao menos, de dois funcionários para transportar os materiais até o local da  
111 atividade. Foi solicitado mobilização para que o plenário, gestores e colaboradores  
112 estejam presentes no dia. **VI) III SEMINÁRIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO  
113 MEDICALIZADA: RECONHECER E ACOLHER AS DIFERENÇAS”, entre os dias 10  
114 e 13 de julho de 2013, na Unip, Campus Paraíso/SP** – Foi discutido pelo grupo, que  
115 compõe o Projeto Integrador Medicalização, Judicialização e Patologização da Vida, a  
116 participação do CRP-06 no III Seminário Internacional “Educação medicalizada:  
117 reconhecer e acolher as diferenças”, que ocorrerá entre os dias 10 e 13 de julho de  
118 2013, na Universidade Paulista, em São Paulo. Há R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)  
119 desse PI que não está locado em nenhuma ação. É preciso avaliar quantas pessoas  
120 irão porque a inscrição é paga e deve ser considerada também a despesa com



121 transporte e hospedagem. **Encaminhamento:** Pedir 10 (dez) isenções de inscrição à  
122 Comissão Organizadora do III Seminário Internacional “Educação medicalizada:  
123 reconhecer e acolher as diferenças”, sendo permitidas no máximo 5 (cinco) dessas  
124 representações com despesa de hospedagem. Já manifestaram interesse em participar  
125 do evento: Alacir Villa Valle Cruces, Carla Biancha Angelucci, Luis Fernando de Oliveira  
126 Saraiva, Luiz Tadeu Pessutto, Ione Aparecida Xavier, Luciana Stoppa dos Santos,  
127 Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, todavia os 10 (dez)  
128 representantes serão eleitos pelo PI Medicalização, Judicialização e Patologização da  
129 Vida. Verificar também com a Comorg a possibilidade de haver um espaço para debate  
130 sobre a redução da maioridade penal durante a atividade. **VIII) APOIO DO CRP-06 EM**  
131 **CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA USP** – O conselheiro Luiz Eduardo  
132 Valiengo Berni relembra que na 1637ª Plenária Ordinária, realizada em 02/06/12, foi  
133 acordado pelo plenário o apoio do CRP-06 para a realização de atividades acadêmicas  
134 voltadas para a área da Psicologia Indígena na Universidade de São Paulo. Na busca  
135 da formalização dessa parceria, o Departamento de Psicologia Experimental da  
136 Universidade de São Paulo enviará um Termo de Cooperação Técnica. em relação ao  
137 curso em Psicologia e Povos Indígenas: Noções Introdutórias, que a universidade  
138 oferecerá. A assinatura do CRP nesse termo fortalecerá a inserção da Psicologia  
139 Indígena nas atividades da universidade. Explicou-se que caso a parceria gere saída de  
140 dinheiro ao CRP, legalmente, somente é permitido através do estabelecimento de  
141 convênios. **Encaminhamento:** O plenário consente mediante o envio do documento à  
142 diretoria para avaliação minuciosa. **IX) APAF (18 e 19 de maio de 2013, em**  
143 **Brasília/DF)** – Nos dias 18 e 19 de maio ocorrerá a Assembleia das Políticas, da  
144 Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia. O Conselho  
145 Federal de Psicologia informou que a APAF, iniciará no sábado, dia 18 de maio, às 11  
146 horas, porque ocorrerá a Marcha Nacional atinente ao Dia Nacional da Luta  
147 Antimanicomial, das 8h às 11h. A delegação do CRP-06 (Maria de Fátima Nassif, Carla  
148 Biancha Angelucci, Leandro Gabarra, Luiz Eduardo Valiengo Berni e Joari Aparecido  
149 Soares de Carvalho) estará presente. Em seguida iniciou-se a exposição dos pontos de  
150 pauta que serão discutidos na Assembleia. **9.1) Apreciação da Ata da APAF maio de**  
151 **2011** - Não há alterações. Recomendada a aprovação. **9.2) Pontos Financeiros** - Não  
152 foi debatido porque o material será entregue durante a reunião de tesoureiros, que  
153 ocorrerá dia 17 de maio. **9.3) Acompanhamento dos Grupos de Trabalho – 9.3.1) GT**  
154 **Avaliação Psicológica e Direitos Humanos** – Dentre os critérios para composição da  
155 Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica é primordial que se inclua um militante  
156 em Direitos Humanos, mas não é necessário que seja doutor para não restringir à  
157 participação de pessoas com essa titulação. Ponderou-se também que, somente após a  
158 recomposição da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica é que se deve  
159 reavaliar o teste Escala Hare. **9.3.2) Revisão da Política de Orientação e**  
160 **Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia** - As contribuições do CRP-06  
161 para a Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos serão



162 entregues durante a APAF, tendo em vista que o Conselho Federal de Psicologia não  
163 recebeu o documento por e-mail porque continha muitos anexos. A conselheira Graça  
164 Camara expõe que, de acordo com o cronograma do próprio GT Nacional, trata-se  
165 apenas de um informe acerca do andamento dos trabalhos do GT. **9.3.3) Álcool e**  
166 **Outras Drogas / (Reunião Telefônica GT Internação Forçada)** - A delegação  
167 defenderá a continuidade do Grupo de Trabalho Internação Forçada que, após reunião  
168 presencial, será possível apresentar os resultados na APAF de dezembro de 2013.  
169 Como subsídio desse ponto, foi enviado pelo Conselho Federal de Psicologia um  
170 documento de referência para a produção do instrumento de orientação para a  
171 fiscalização de instituições que realizam internação forçada. Esse texto é produção do  
172 CRP-06. **9.3.4) Laicidade e Psicologia** - O GT Nacional Laicidade e Psicologia  
173 realizou três reuniões e construiu um texto político sobre o tema para aprovação. O  
174 conselheiro Luiz Eduardo Valiengo Berni teceu que os debates em torno dessas  
175 questões têm trazido críticas e análises sobre conceitos e fez leitura do texto. Após, o  
176 conselheiro Joari Ap. Soares de Carvalho lembrou a Proposta de Emenda  
177 Constitucional (PEC nº 99/11) que autoriza entidades religiosas de âmbito nacional  
178 entre os que podem propor Ações Direta de Inconstitucionalidade (Adins) ao Supremo  
179 e disse que o axioma colocado é o mesmo, mas se chega a uma conclusão inversa,  
180 aumentando o poder das organizações religiosas sobre o estado. A conclusão que se  
181 chega na PEC é que as atividades religiosas por não serem iminentemente privadas e  
182 praticadas por grupos que são de esfera pública, as organizações religiosas poderão  
183 contestar a constitucionalidade das leis e estado de direito quando entenderem que as  
184 ações do Estado, por exemplo, a decisão sobre a cura gay, ferem seus próprios  
185 dogmas porque eles têm uma relevância pública. No texto foi utilizada a terminologia  
186 cláusula pétrea. Ela acaba tendo um uso muito corrente em relação à constituição, ,  
187 mas o conselheiro Joari explicou que o Brasil ao assinar certas convenções  
188 internacionais, estas passam também a ser consideradas cláusulas pétreas. Então a  
189 liberdade religiosa é pétrea também no sentido constitucional. **Encaminhamento:**  
190 Utilizar a terminologia cláusula pétrea somente em assuntos voltados à legalidade.  
191 Quando não for, utilizar princípio soberano, princípio supremo, essencial ou  
192 indissociável. A delegação deve defender também: **a)** o posicionamento do Sistema  
193 Conselhos deve ser de fácil entendimento; **b)** a Psicologia **defende a liberdade**  
194 **religiosa** porque a entende como uma forma de acolher as formas da relação com a  
195 espiritualidade. Entretanto sabemos que há o entendimento equivocado de que  
196 Laicidade é a negação da religiosidade. Por isso é importante que seja utilizada a  
197 expressão liberdade religiosa para explicar o que significa laicidade.; **c)** afirmar as  
198 convicções políticas do ponto de vista legal; **d)** defesa pela manutenção do GT Nacional  
199 Laicidade e Psicologia. **9.3.5) GT para evidenciar a Resolução CFP nº 018/2002** –  
200 Percebe-se uma falta articulação no Sistema sobre esse tema. Foi lembrado pelo  
201 conselheiro Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo que a Resolução CFP nº 018/2002  
202 foi evidenciada na II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada em setembro



203 de 2012 por meio de mesas de debate. Fez sugestão de o Centro de Referência  
204 Técnica em Psicologia e Política Pública e algumas entidades como o AMA Psique e  
205 Negritude e Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT  
206 serem envolvidas nas ações do CRP-06. **Encaminhamento:** Delegação deverá  
207 reafirmar a importância desse tema e propor a continuidade do GT, considerando que  
208 existem várias questões que precisam ser tratadas e, em caso de aprovação, inserir o  
209 CRP-06 no Grupo. Fica o conselheiro Cássio incumbido de remeter um texto sucinto à  
210 delegação abordando as ações realizadas pelo CRP-06 acerca do tema. **9.3.6) Teste**  
211 **Rápido para Diagnóstico de HIV** - O entendimento é que deve ser priorizado como  
212 função do(a) psicólogo(a) o aconselhamento no pré e pós teste; o psicólogo pode  
213 realizar o teste se ele for preparado para isso. **Encaminhamento:** Aprovada a nota  
214 técnica com acréscimo do seguinte texto: “e outros aspectos psicossociais”, ficando da  
215 seguinte forma: “...o aconselhamento pré-teste pode ser realizado de forma individual  
216 ou coletiva, com informações amplas sobre HIV, Aids, prevenção, tratamento,  
217 preconceitos e superação e outros aspectos psicossociais.” **9.3.7) Crepop – Política**  
218 **Indutora** - Contemplar nos objetivos da política indutora do Crepop que os produtos  
219 das pesquisas do Crepop também sejam disseminados junto às gestões públicas,  
220 alterando o texto para a seguinte redação: “Assegurar que a comunidade científica,  
221 governo, gestão pública e sociedade em geral tenham acesso ao conjunto de dados  
222 científicos das coleções em tempo hábil e que os devidos créditos sejam atribuídos.”;  
223 **9.4) Pesquisa: Efeitos do Feminino no Exercício da Psicologia no Brasil.** Haverá a  
224 apresentação da pesquisa. Não há considerações a fazer. **9.5) CREPOP** – A  
225 conselheira Carla Biancha Angelucci se mantém como conselheira responsável pelo  
226 Crepop do CRP-06. Será apresentado na APAF o produto do trabalho do Crepop. Após,  
227 esse documento final será replicado ao plenário do CRP-06 para conhecimento. **9.6)**  
228 **Informe sobre o Processo Eleitoral de 2013** - Serão apresentados os documentos  
229 produzidos coletivamente pelo Sistema Conselhos, como o manual, dentre outros. **9.7)**  
230 **Residência Multiprofissional** - Até o momento, o Conselho Federal de Psicologia não  
231 recebeu nenhuma solicitação para cadastramento de curso de residência, nem para  
232 reconhecimento de título de especialista de psicólogo(a) em residência, mesmo  
233 havendo a Resolução nº 016/2007 que dispõe sobre a concessão do título de  
234 especialista para os profissionais egressos dos programas de residência credenciados  
235 pelo Conselho Federal de Psicologia e a Resolução nº 015/2007 que define Residência  
236 em Psicologia na área de Saúde como um programa de pós-graduação “lato sensu”  
237 para a formação especializada na área da Saúde. O conselheiro Luiz Tadeu Pessutto  
238 explicou que o Conselho Federal de Psicologia está recomendando o reconhecimento,  
239 pelo Sistema Conselhos de Psicologia, do título de especialista de psicólogas (o) que  
240 realizam cursos credenciados pelo MEC, nas modalidades de Residência  
241 Multiprofissional em Saúde e Residência em Psicologia, conforme previsto na  
242 Resolução CFP nº 15/2007, excetuando a exigência do credenciamento dos cursos  
243 pelo CFP e reconhecendo os cursos das Residências credenciados pelo MEC. Porém



244 há uma contradição nessa proposta: A resolução nº CFP 16/2007 exige mais de 3 (três)  
245 mil horas de práticas. Questiona-se como será feita a equivalência com os cursos  
246 credenciados no MEC, o que deve ser entendido porque isso está sendo proposto.

247 **Encaminhamento:** A delegação deve recomendar ao CFP que psicólogos(as)  
248 componham a Câmara Técnica do Ministério da Educação e indicar que a Associação  
249 Brasileira de Ensino e Psicologia também participe. Não houve manifestação contrária à  
250 aprovação da minuta de resolução. **9.8) Projeto de Lei da Terceirização** – O  
251 conselheiro Joari Ap. Soares de Carvalho conta que há três semanas o Projeto de Lei  
252 nº 4330/2004 que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as  
253 relações de trabalho dele decorrentes, conhecido como PL da Terceirização, recebeu  
254 parecer favorável na Comissão de Finanças e Tributação. Não houve mudança no PL.  
255 O relator o aprovou no seu formato original. Na última semana os movimentos sindicais  
256 e tribunais do trabalho retomaram essa pauta de questionamento do PL. Em seguida,  
257 sugeriu que o CRP divulgue que é contrário à aprovação do PL porque nele existe um  
258 ponto crítico: esse PL se apresenta publicamente como uma lei que também irá  
259 regulamentar a responsabilidade da parte que contrata o serviço terceirizado em  
260 relação ao empregado porque hoje a lei trabalhista não é clara e faz com que seja  
261 necessário ter outra lei específica para garantir os direitos dos trabalhadores. Ele  
262 contribuirá para consumir a absoluta fragmentação do trabalho, isto é, se apresenta  
263 como positivo ao trabalhador, mas traz a legalização da precarização do trabalho.  
264 Suscitou-se que foi criado um manifesto na busca de garantir os direitos dos  
265 trabalhadores terceirizados em um projeto de lei específico. Citou-se que organizações  
266 sindicais estão se articulando na busca pela não aprovação do PL Terceirização.

267 **Encaminhamento:** A delegação deverá explicitar o ponto crítico para que seja  
268 construído um posicionamento conjunto contra a aprovação do Projeto de Lei da  
269 Terceirização (PL nº 4330/2004). **10.) RECADASTRAMENTO DO PSICÓLOGO** –  
270 Sabendo que este ano as eleições ocorrerão pela internet, é importante que os dados  
271 cadastrais do(a) psicólogo(a) sejam atualizados no Cadastro Nacional. O Conselho  
272 Federal de Psicologia criou um *hotsite* com *link* para cada CRP. É um facilitador de  
273 acesso para os profissionais do estado de São Paulo e será lançado dia 13/05/2013.  
274 Até o momento somente 3.000 (três mil) profissionais no estado de São Paulo fizeram  
275 seu cadastramento. Para conclamar tais providências junto à categoria, submete ao  
276 crivo do plenário duas propostas: 1ª) enviar carta por correio; 2ª) contratar uma  
277 empresa de telemarketing. Ambas as ações envolvem um recurso financeiro  
278 expressivo. Trata-se de uma ação importante tendo em vista que a senha para as  
279 eleições será enviada aos e-mails cadastrados, mas se estiver desatualizado isso  
280 dificultará ainda mais o processo. **Encaminhamento:** Decidido pelo envio de carta  
281 impressa a todos os profissionais cadastrados na base, alertando-os da importância de  
282 se fazer o cadastramento no *síte* do Cadastro Nacional. **XI) AVALIAÇÃO DE**  
283 **EGRESSO** – Está pautado na reunião de presidentes, a pedido deste regional, o ponto  
284 Avaliação de Egresso. A conselheira Maria de Fátima Nassif explicou que alguns



285 Conselhos de profissão têm realizado ações para que além da graduação seja exigida  
286 aprovação em exame realizado pelo conselho como requisito para a concessão do  
287 registro profissional. A OAB já realiza esse exame, a veterinária encaminhou  
288 recentemente junto ao legislativo PL para instituir a prova (o que foi vetado pela  
289 presidência da república). Em abril, o CREMESP convidou vários conselhos para  
290 reunião com Deputado Joaquim Beltrão (PMDB-AL) que é proponente de PL que exige a  
291 aplicação do exame de proficiência como requisito para registro profissional.  
292 Compareceu o Conselho Regional de Enfermagem e Conselho Regional de Farmácia e  
293 ambos mostraram-se favoráveis à aprovação do PL. Tramita um PL específico para  
294 exame de profissionais da medicina (PL 217/2004) e outro para profissionais de  
295 diversas áreas (PL 559/07). O CREMESP já realiza prova com egressos do curso de  
296 medicina e os resultados ruins registrados em publicações preocupam os conselheiros  
297 e reforça a argumentação a favor do exame como requisito para o registro no CRM.  
298 Entendem que as universidades não têm se comprometido com a qualidade da  
299 formação oferecida e que precisam ser criados mecanismos de controle. Ainda que  
300 penalize o formando com mau desempenho na prova, entendem que o exame, ao  
301 impedir seu exercício profissional, protege a sociedade além de identificar as  
302 universidades com mau desempenho para que sejam tomadas providências, inclusive o  
303 fechamento do curso. A polêmica em torno da vinda de médicos formados em outros  
304 países para atuar no Brasil acirra a discussão neste momento. O texto do PL refere-se  
305 também a médicos estrangeiros e o CREMESP coloca o tema na grande mídia. Diante  
306 desses fatos, e considerando que temos sido interpelados por outras profissões quanto  
307 aos nossos posicionamentos (que é contra o exame de egressos), consideramos ser  
308 importante que o Sistema Conselhos inicie essa discussão para manifestar-se perante  
309 a categoria e sociedade.” **XII) ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** – Esse ponto foi  
310 debatido em sigilo. **XIII) RESOLUÇÃO CRP-06 SOBRE APOIOS E PARCERIAS** – Fica  
311 transferido o assunto para discussão nas próximas plenárias ordinárias. **XIV)**  
312 **APRECIÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE SITES:** O plenário concedeu parecer  
313 favorável à obtenção de selo para o *site* com os seguintes protocolos: 306811641 (CRP  
314 06/52081), 106711814 (CRP 06/17962), 406312214 (CRP 06/99429), 506505154 (CRP  
315 06/90698), 706507830 (CRP 06/5158), 406508185 (CRP 06/76914) e concedeu  
316 parecer desfavorável à obtenção de selo para o *site* com os seguintes protocolos:  
317 306311913 (CRP 06/76506), 506111975 (CRP 06/47277), 206412104 (CRP 06/71074)  
318 6812111 (CRP 06/51160), 366012175 (CRP 06/22554), 806708098 (CRP 06/80786),  
319 506412267 (CRP 06/96784), 606708107 (CRP 06/108827), 306104257 (CRP  
320 06/72676), 6812410 (CRP 06/102477), 106512442 (CRP 06/4678/J73583), 806212500  
321 (CRP 06/85657), 106208177 (CRP 06/103688). Não se aplica o pedido para obtenção  
322 de selo para os protocolos: 406512300 (CRP 06/101494), 706412371 (CRP 06/106524)  
323 e 506012426 (CRP 06/81808), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata.  
324 Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail info@crpsp.org.br  
website www.crpsp.org.br

325 sessão, da qual eu, conselheira secretária Ana Ferri de Barros, lavrei a presente Ata,  
326 que lida e aprovada será assinada. São Paulo, onze de maio de dois mil e treze.

---

**MARIA DE FÁTIMA NASSIF**  
*Conselheira Presidenta*

---

**ANA FERRI DE BARROS**  
*Conselheira Secretária*